



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004287-18.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Izilda Aparecida Diagonal Turci e outro**
 Requerido: **Município de São Carlos e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por **ISILDA APARECIDA DIAGONEL TURCI** e **SUELI APARECIDA DIAGONEL** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e **ANTÔNIO DONIZETE DIAGONEL**, com pedido de antecipação da tutela. As autoras aduzem que o irmão e requerido Antônio sofre de alcoolismo, não aceita passar por tratamento e foi diagnosticado com Síndrome de Wernicke-Korsakoff, enfermidade neuropsiquiátrica ligada à má alimentação e falta de vitamina B1, causada pelo alcoolismo, estando internado para se alimentar por sonda nasointestinal, não tendo seus familiares condições de acolhê-lo neste estado, pois as autoras são economicamente hipossuficientes, já cuidam da genitora acometida de Síndrome de Parkinson e, portanto, requerem o ente público providencie vaga em caso de repouso, que possa dar o tratamento ao requerido Antônio, até a estabilização do seu quadro.

A inicial foi instruída com os documentos de fls. 11-28.

O Ministério Público manifestou concordância com a antecipação da tutela (fl. 32), deferida às fls. 33-34.

As autoras comunicaram a frequência a grupo de apoio, conforme estabelecido na antecipação da tutela (fl. 45).

A Prefeitura Municipal de São Carlos apresentou contestação às fls. 46-72 na qual sustenta, em resumo: a) não haver indicação médica para a demanda e documentação satisfatória de realização do referido tratamento a despeito de outros menos ofensivos; b) ilegitimidade passiva *ad causam* e falta de interesse processual, visto que o Estado e a União mantêm entidades e programas peculiares para cumprimento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

tratamentos de alto custo ou excepcionais, assim como não há prova demonstrativa da superioridade técnica dos tratamentos compulsórios feitos na rede particular; c) não ter havido tentativa de esgotamento da via administrativa para lograr os tratamentos pelo SUS; d) não poder permanecer no polo passivo da demanda apenas o ente federativo escolhido pelo autor, ignorando a solidariedade legal e a evidência de que o Estado de São Paulo gerencia, por meio de suas DRS's, o tratamento de toxicômanos; e) haver tratamento substitutivo de internação compulsória no CAPS, para onde requer o encaminhamento do requerido; f) o Estado deveria ser chamado ao processo, pois, em substituição, tem arcado com os custos de programa estadual direcionado aos alcoólicos.

Houve réplica (fls. 81-86).

Documentos acostados às fls. 87-88.

Sentença proferida às fls. 89/93, foi anulada às fls. 137-141 vez que o requerido Antônio Donizete Diagonal não havia sido citado para a presente demanda.

Citado pessoalmente na Clínica Nova Jerusalém, fls. 149-150, a defensoria pública, como curadora especial, contestou às fls. 157-160, por negação geral, solicitando informações às autoras sobre se a necessidade de internação persiste e se foi providenciado curador ao requerido.

Houve réplica (fls. 163-165) na qual as autoras informam que não lhes parece ser o caso de requerer a interdição do requerido, se não apenas a sua internação pelo período necessário ao tratamento, que ainda é preciso.

Manifestação do Ministério Público às fls. 169.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, vez que caracterizada a hipótese do artigo 355, I, do Código de Processo Civil (julgamento antecipado da lide).

Em primeiro lugar, não é o caso de ilegitimidade passiva. Isto porque a Constituição Federal, no artigo 196, estabelece que *'a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

sua promoção, proteção e recuperação'.

Ademais, foi estabelecida competência comum para todos os entes da federação no cuidado da saúde¹ e, não fosse isso o suficiente, o artigo 30, inciso VII, confere aos Municípios a competência para prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população².

A solidariedade passiva dos entes públicos (União, Estado e Municípios) resta evidente na leitura do artigo 198, caput e parágrafo primeiro, da Constituição Federal, quando afirma que "*as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único*" e que o sistema único de saúde será financiado com recursos do orçamento da "*seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes*".

Como a solidariedade passiva implica possibilidade de o credor cobrar de qualquer um dos devedores, não há que se falar em quinhão de responsabilidade da União, do Estado, do Distrito Federal e do Município no fornecimento gratuito de medicamentos ou de tratamento médico. Nessa sentido, o lapidar aresto do E. STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Corte Especial firmou a orientação no sentido de que não é necessário o sobrestamento do recurso especial em razão da existência de repercussão geral sobre o tema perante o Supremo Tribunal Federal (REsp 1.143.677/RS, Min. Luiz Fux, DJe de 4.2.2010). 2. O entendimento majoritário desta Corte Superior é no sentido de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos às pessoas carentes que necessitam de tratamento médico, o que autoriza o reconhecimento da legitimidade passiva ad causam dos referidos entes para figurar

¹ Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência

² Art. 30. Compete aos Municípios:

[...]

VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

nas demandas sobre o tema. 3. Agravo regimental não provido.³-
[grifei].

Do mesmo modo, há de ser afastada a preliminar de falta de interesse de agir arguida pelo Município. É certo que “*o interesse processual se consubstancia na necessidade de a autora vir a juízo e na utilidade que o provimento jurisdicional poderá lhe proporcionar*”⁴.

Por outro lado, incabível o chamamento ao processo, pois não se trata de obrigação de pagar quantia certa, mas sim de obrigação de fazer.

Assim, cabe ao Município demandar os demais entes federados, regressivamente e não impor este ônus às autoras, que são hipossuficientes.

Quanto ao mérito, ressalta-se que a indicação para a internação compulsória vem confirmada pelo relatório existente nos autos (fl. 24), tendo a ação respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, segundo o qual “*a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação*”.

A internação do dependente de substância entorpecente é medida protetiva que visa ao adequado tratamento médico para salvaguardar o direito à saúde e à integridade física e mental, tendo por fundamento o princípio constitucional do respeito à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da Constituição Federal).

Ademais, o direito à saúde foi concebido pelo legislador constituinte como um direito de todos e dever do Estado, que deve garanti-lo, indiscriminadamente, a qualquer integrante da comunidade, por força da adoção de políticas sociais e econômicas voltadas para esta finalidade. As ações e serviços de saúde foram consideradas de relevância pública, tendo a diretriz do atendimento integral como um de seus lastros.

Os princípios da universalidade e da igualdade de acesso aos serviços de saúde também se aplicam à hipótese dos autos. Aliás, tais princípios devem ser

³ STJ. Processo AgRg no REsp 1159382/SC. Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - SEGUNDA TURMA. Julgado em 05/08/2010. Publicado em DJe 01/09/2010.

⁴ Nery Junior, Nelson. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 10. ed. Ed. Revista dos Tribunais, 2007, p.167.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

interpretados como inclusivos, ou seja, garante-se a universalidade e a igualdade quando satisfeita a necessidade particular do cidadão em relação à sua saúde. Neste ponto, o réu deturpa os conceitos desses princípios passando a enxergá-los apenas na perspectiva coletiva, e assim, lhes retiram qualquer eficácia quando existe uma situação concreta que exige o atendimento público.

Portanto, não há que se alegar invasão indevida do Poder Judiciário no orçamento público, uma vez que no cotejo com o direito à saúde, este demonstra inegável prevalência sobre os interesses patrimoniais. Ademais, vigora hoje em dia o conceito de efetivação da tutela jurisdicional, o que pressupõe medidas eficazes para a proteção dos direitos.

Por fim, frise-se que não é necessária a realização da perícia requerida pelo Ministério Público às fls. 169, vez que a internação somente se mantém enquanto houver recomendação médica. O Judiciário não invade a avaliação do profissional de saúde a respeito da necessidade da internação. Ademais, não há controvérsia séria estabelecida nos autos a propósito da imprescindibilidade da providência. E, desde quando efetivada, não veio qualquer informação de que o tratamento teria sido concluído e o requerido recebido alta médica. Não se pode conjecturar uma situação que não foi sequer por indícios revelada nos autos.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido para condenar o Município de São Carlos a manter a internação de Antônio Donizete Diagonal em casa de repouso, clínica ou casa de acolhimento, pública ou particular, enquanto houver recomendação médica, sob pena de sequestro de verbas públicas, confirmando-se a tutela antecipada, devendo as autoras permanecer em grupo de apoio durante o tempo de internação.

Diante da sucumbência, condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, na forma da lei, bem como dos honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 937,00.

Em execução a esta sentença e à tutela de urgência concedida, oficie-se imediatamente à Clínica Nova Jerusalém (endereço doe cumprimento do mandado de fls. 149) para que, bimestralmente, encaminhe a este juízo relatório médico do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requerido, informando a respeito da (des)necessidade de manutenção do tratamento médico, sua evolução, perspectivas de alta e outras informações que reputar necessárias.

P.I.

São Carlos, 10 de julho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**